

## **POBREZA COMO DESAFIO TRANSNACIONAL - ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES ENTRE TRANSNACIONALIDADE E DESIGUALDADE MUNDIAL<sup>1</sup>**

*POVERTY AS A TRANSNATIONAL CHALLENGE - ANALYSIS OF THE CORRELATIONS BETWEEN TRANSNATIONALITY AND GLOBAL INEQUALITY*

Jefferson Marques Costa<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A globalização criou o fenômeno do transnacionalismo, que nada mais é do que a existência de organizações cujo poder econômico e político transcendem as esferas do Estado nação, exigindo novos modelos de governança global que criem controles sobre sua atuação. Neste contexto, a desigualdade global está crescendo radicalmente nos últimos 20 anos, com os super ricos aumentando substancialmente suas riquezas, pouco sendo atingidos pelos ciclos de crises. Este artigo objetiva discutir o problema da desigualdade dentro de um contexto global e transnacional, buscando esclarecer como o transnacionalismo tende a aprofundar a desigualdade e a pobreza, de um lado, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades novas para construção de controles sociais globais e transnacionais. Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação foi utilizado o método Indutivo, na Fase de Tratamento de Dados o procedimento Cartesiano, e os resultados expressos na base lógica indutiva.

**Palavras-chave:** Transnacionalismo; Globalização; Capitalismo; Democracia; Desigualdade.

### **ABSTRACT**

Globalization has created the phenomenon of transnationalism, which is nothing more than the existence of organizations whose economic and political power transcend national state spheres, demanding new models of global governance that create controls over their actions. In this context, global inequality has been growing radically over the last 20 years, with the super-rich substantially increasing their wealth, scarcely affected by cycles of crises. This article aims to discuss the problem of inequality within a global and transnational context, seeking to clarify how

---

<sup>1</sup> Artigo submetido em 01-05-2024 e aceito em 27-07-2024.

<sup>2</sup> Mestre em Direito e doutorando em Direito do Programa de Doutorado em Ciência Jurídica, área de concentração Fundamentos do Direito Positivo, Linha de Pesquisa Constitucionalismo e Produção do Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI em conjunto com a Faculdade Católica de Rondônia – FCR. E-mail: [21656@mpro.mp.br](mailto:21656@mpro.mp.br)



transnationalism tends to deepen inequality and poverty, on one hand, while simultaneously offering new possibilities for the construction of global and transnational social controls. Regarding the methodology employed, it is recorded that the Inductive method was used in the Research Phase, the Cartesian procedure in the Data Treatment Phase, and the results were expressed on an inductive logical basis.

**Keywords:** Transnationalism; Globalization; Capitalism; Democracy; Inequality.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XVII, número 1, julho de 2024 – ISSN: 1984-2716 – [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

## INTRODUÇÃO

De acordo com a definição clássica construída no âmbito da Ciência Política, um Estado representa uma tríade onde há um determinado povo que vive em determinado território, e governado por um poder soberano. Tal perspectiva é, em grande parte, construída a partir de revoluções liberais ocorridas a partir do século XVIII. O entendimento conceitual é que somente quando esses três critérios são combinados, o Estado é uma pessoa jurídica de direito público que concretiza a proteção dos interesses das pessoas que lidera.

Porém, com o desenvolvimento econômico ocorrido no século XX e a crescente e problemática globalização, bem como a crise da própria ideia de Estado em sua formulação supracitada, é necessário repensar o Estado-nação. Isto deve ser feito por duas razões: primeiro, o Estado em sua concepção clássica revelou-se ineficaz mesmo na concretização dos elementos com os quais foi construído, tais como a segurança, a liberdade, a propriedade e a vida do indivíduo; a globalização e o fenômeno da transnacionalidade derrubam as barreiras existentes entre as nações e coloca em debate a possibilidade de uma sociedade verdadeiramente global.

Os maiores problemas da economia globalizada surgem de dentro da modernidade, dos fundamentos da sua filosofia de vida, já institucionalizada, de liberdade política: como escreveu Friedrich Müller (2000), ela decorre do capitalismo e do liberalismo econômico. Há uma sensação de que as pessoas estão a emergir dos ciclos políticos que dominaram os últimos dois séculos, mas, na ausência de alternativas, o mundo enfrenta uma crise multifacetada sem precedentes; até agora não há provas da futura forma do confronto político. Os espaços politicamente inexplorados criados pela globalização sugerem a necessidade de um centro de poder entre os Estados-nação.

Nesse sentido, é importante ressaltar a proposta do sociólogo alemão Ulrich Beck (2004; 2018) de substituir as relações internacionais de conflitos e/ou disputas por relações transnacionais de solidariedade e cooperação. O autor argumenta que a globalização colocou a questão da compreensão e organização da sociedade de volta à agenda do debate público com uma urgência nunca vista desde os debates marxistas e da luta de classes (BECK, 2018). Por outras palavras, a sociedade em rede interligada e cada vez mais online criada pela globalização impulsionada pela consolidação da hegemonia capitalista desde 1989 refere-se a um novo mundo social, uma espécie de continente não examinado que conduz a transnacionais sem fronteiras entre o local e o nacional. Baker aponta para a emergência de uma série de ações típicas de uma sociedade globalizada. Isto pode ser visto na relação entre os Estados-nação e as empresas multinacionais, uma relação que, em última análise, liga talvez a necessidade de um Direito transnacional no futuro. A plausibilidade desta previsão reside na perseguição do crime transnacional, na possibilidade de implementação de uma política cultural transnacional, na possibilidade de ação de movimentos sociais transnacionais e, principalmente, devido a questões ambientais críticas. Mais ainda, o que é particularmente importante no âmbito da discussão que se segue, os desafios da desigualdade social global.



A discussão do Estado transnacional proposta por Baker é uma das possíveis matrizes de discussão teórica após o fenecimento do Estado constitucional moderno e da crise financeira internacional. Baker também salienta que existe uma razão subjacente para isto: o Estado constitucional moderno, embora obsoleto para as exigências transnacionais, continua a ser indispensável como espaço público para garantir políticas de transição, tanto a nível nacional como internacional. O Estado constitucional moderno fará parte da organização espacial da governança transnacional e participará na paisagem política do processo de globalização.

Boff (2015) chama atenção para a questão da desigualdade social e da pobreza: 79% da humanidade vive na pobreza no Sul; 1 bilhão de seres humanos vivem na pobreza; 300 milhões de cerca de 5,3 bilhões de pessoas estão subnutridas; 60 milhões de pessoas morrem de fome por ano, e 14 milhões de jovens com menos de 15 anos morrem devido a doenças associadas a subnutrição. Diante de tal drama, há pouca solidariedade entre os Estados-nações. A maioria dos países ricos nem sequer atribui 0,7% do seu produto nacional bruto (PNB) para ajudar as vítimas dessa desigualdade, como sugere as Nações Unidas. Os Estados Unidos destina apenas 0,15% do seu PIB para políticas direcionadas a pobreza.

A discussão a seguir visa analisar a interrelação entre transnacionalismo e desigualdade social, tendo como foco fundamental a busca pelo esclarecimento acerca de como o transnacionalismo cria mecanismo de desigualdade global, de um lado, e como cria também novas formas de construção de controles democráticos sobre o capitalismo transnacional, a medida em que possibilita também a ação de organizações transnacionais para a construção de controles democráticos sobre o capitalismo global.

## 1. GLOBALIZAÇÃO, TRANSNACIONALIDADE E O ESTADO-NAÇÃO

O conceito de globalização é um tema comum na pesquisa acadêmica, no debate político, no nicho empresarial e na mídia. Porém, quando esse conceito é referenciado, geralmente se remete a algo diferente. Para alguns, a globalização parece um pouco com o projeto político e econômico prosseguido por grupos de elite no Norte Global para promover o comércio global em seu próprio benefício. Esta versão causou muita insatisfação e reação negativa em relação aos países do hemisfério norte. Nessa linha teórica, em termos de direitos políticos, a globalização ameaça e, em última análise, destrói identidades nacionais preciosas. Do ponto de vista da esquerda, a globalização é frequentemente vista como um movimento dominado pelo capitalismo que saqueia e explora novas áreas, exacerbando assim a desigualdade e destruindo bons empregos (GIDDENS, 2023). O tema da globalização a partir dos anos 1990 foi de tamanha repercussão que Bauman (1999, p. 7) redigiu o seguinte:

A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma



senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” — e isso significa basicamente o mesmo para todos.

Para muitos cientistas sociais, a globalização refere-se a um conjunto de processos em grande parte não planejados que envolvem o fluxo multidirecional de coisas, pessoas e informações em todo o planeta (RITZER, 2015). Contudo, embora esta definição enfatize a crescente fluidez do mundo contemporâneo, muitos estudiosos também veem a globalização como o simples fato de indivíduos, empresas, grupos e países se tornarem cada vez mais parte de uma única sociedade global mais interdependente. A crescente interdependência global vem ocorrendo há muito tempo na história (GIDDENS, 2023). Therborn (2011) explica que várias partes da humanidade estão há muito tempo em contato transoceânico global, ou pelo menos transcontinental. Há cerca de 2.000 anos, existiam relações comerciais entre a Roma antiga e a Índia e entre a Índia e a China. Alexandre invadiu a Ásia Central há 2.300 anos, como pode ser visto nas estátuas de Buda em estilo grego no Museu Britânico. O que há de novo é o contato em massa.

Entre os muitos fatores econômicos que impulsionam a globalização, o papel das empresas transnacionais é particularmente importante, apesar do seu número relativamente pequeno. Uma empresa desse tipo produz bens ou presta serviços em vários países. Podem ser empresas relativamente pequenas com uma ou duas fábricas fora do país anfitrião, ou grandes organizações internacionais com operações em todo o mundo (GIDDENS, 2023). Algumas das maiores transnacionais são empresas de renome mundial: Walmart, Apple, Amazon, ExxonMobil, Nestlé. Embora tais empresas tenham uma base nacional clara, estão orientadas para os mercados globais e para os lucros globais. Depois de 1945, as corporações transnacionais tornaram-se ainda mais importantes (GIDDENS, 2023). A expansão no início do período pós-guerra veio de empresas americanas, mas na década de 1970 as empresas europeias e japonesas começaram a aumentar os seus investimentos em outros países. No final dos anos 1980 e 1990, as empresas transnacionais expandiram-se drasticamente, estabelecendo três mercados regionais fortes: Mercado Comum Europeu, Ásia-Pacífico e América do Norte (acordo de livre comércio). Desde a década de 1990, países de outras partes do mundo também relaxaram as restrições ao investimento estrangeiro e, na viragem do século XX para o XXI, poucas economias no mundo ainda eram incapazes de escapar à influência das transnacionais. Recentemente, expandiram suas operações em países em desenvolvimento e na Europa Oriental, sendo a China o próximo grande desafio e oportunidade (GIDDENS, 2023).



As empresas transnacionais estão no centro da globalização, representando dois terços a três quartos do comércio mundial total (KORDOS, 2016). Contribuem para a difusão global de novas tecnologias e são atores importantes nos mercados financeiros (HELD, 1999). Em 2001, aproximadamente 500 empresas multinacionais registraram vendas anuais superiores a US\$10 bilhões, enquanto apenas 75 países tinham um produto interno bruto que poderia atingir este valor. Por outras palavras, as principais transnacionais do mundo têm economias que são, de certa forma, maiores do que a maioria dos países do planeta. As empresas transnacionais são consequências dos mercados globalizados. Assim,

Em mercados globalizados as fronteiras não contêm as atividades da cadeia de valor das empresas transnacionais que estão configuradas geograficamente e coordenadas tendo como referência o mundo todo. A competição entre as empresas ocorre em escala verdadeiramente global, reestruturando e reorganizando as atividades da sua cadeia de valor, dando nova configuração geográfica, distribuindo ou concentrando locacionalmente as atividades, e coordenando-as mais intensivamente. (NAKANO, 2023, p. 512)

A globalização não é apenas um produto do desenvolvimento tecnológico e do crescimento das redes capitalistas transnacionais; trata-se também de mudanças políticas. Uma mudança importante foi o colapso do comunismo, que assistiu a uma série de revoluções dramáticas na Europa Oriental desde 1989, culminando no colapso da União Soviética em 1991. Isto marcou o fim efetivo da chamada Guerra Fria. Desde então, os países do antigo bloco soviético – incluindo Rússia, Ucrânia, Polónia, Hungria, países da Ásia Central e outros, começaram a aproximar-se das políticas de estilo ocidental. O colapso do comunismo acelerou o processo de globalização, mas também deve ser visto como uma consequência da própria globalização, uma vez que a economia comunista planificada centralmente e o controle ideológico e cultural das autoridades políticas comunistas estavam em grande parte indisponíveis aos meios de comunicação globais (GIDDENS, 2023).

O segundo desenvolvimento político foi o desenvolvimento de mecanismos de governo internacional e regional que uniram os Estados-nação e empurraram as relações internacionais para novas formas de governança global (GONÇALVES, 2011). Por exemplo, McGrew (2020) observou que existem mais de 260 organizações intergovernamentais permanentes, constituindo um sistema de governança global com as Nações Unidas como núcleo institucional (GONÇALVES, 2011). As Nações Unidas fazem isto como uma aliança de diferentes Estados-nação, enquanto a União Europeia – UE é uma forma mais inovadora de governança transnacional em que um certo grau de soberania nacional é cedido aos Estados para colherem os benefícios da sua participação. Os governos da UE estão ligados através de diretivas, regulamentos e decisões judiciais das instituições comuns da UE, mas também obtêm benefícios econômicos, sociais e políticos da participação no mercado comum.



As organizações governamentais internacionais (IGOs) e as organizações não governamentais internacionais (ONGIs) também são formas importantes de política num mundo cada vez mais globalizado. Os OGI são entidades criadas pelos governos participantes para regular ou supervisionar áreas específicas de atividade numa base transnacional. A primeira organização foi a União Telegráfica Internacional, fundada em 1865, mas desde então uma série de organizações semelhantes foram criadas para regular questões que vão desde a aviação civil à radiodifusão e eliminação de resíduos tóxicos (GIDDENS, 2023). Estes incluem as Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). As ONGIs diferem das IGOs porque não são afiliadas a agências governamentais. Pelo contrário, são organizações independentes que trabalham com agências governamentais para tomar decisões políticas e resolver problemas internacionais. Algumas das ONGs internacionais mais proeminentes como a Greenpeace, os Médicos Sem Fronteiras, a Cruz Vermelha e a Anistia Internacional estão envolvidas em iniciativas de proteção ambiental, saúde e direitos humanos. Mas as atividades de milhares de grupos pouco conhecidos também unem países. A importância de corporações transnacionais para proteção de direitos humanos foi também demonstrada por Moraes (2021).

As categorias de pensamento político que parecem ser desafiadas pelos dilemas e horizontes colocados pela globalização incluem *sociedade civil, estado, partidos, movimentos sociais, povo, classes sociais, soberania, cidadania*, entre outras. Uma vez que estas e outras categorias foram criadas com base na dinâmica das sociedades nacionais, como símbolos da excelência das ciências sociais, podem responder pouco ou nada às exigências de reflexão sobre a dinâmica social mundial. As relações, processos e estruturas mais característicos da sociedade global podem estar a colocar desafios fundamentais à política, à prática e à teoria.

É importante reconhecer desde o início que está a ocorrer uma crise geral dos Estados-nação. A crescente transnacionalização não só reorienta, mas também enfraquece a capacidade de tomada de decisão dos governos nacionais. Em quase todos os setores da economia, sem esquecer o financeiro, as proibições externas são muitas vezes decisivas na adoção de orientações governamentais. Também nas áreas dos transportes, habitação, saúde, educação e ambiente, tem havido um aumento no aconselhamento, incentivos, orientação, financiamento e medidas de execução por parte de organizações multilaterais, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Não se esqueça que muitas vezes as diretrizes destas organizações estão atreladas aos interesses das corporações transnacionais ou dos países dominantes no âmbito do capitalismo.

Portanto, o princípio da soberania nacional está em crise. Ao intensificar e generalizar as proibições “externas”, as condições e possibilidades de soberania são transformadas, redefinidas e reduzidas. Se aumentar a importância das proibições “externas” que constituem a dinâmica da globalização, então a importância das forças sociais “internas” em termos de organização e direção do poder estatal poderá diminuir. Como resultado, o fosso entre a sociedade civil e o



Estado está a aumentar. A discrepância entre a maioria das tendências da sociedade civil em questões sociais, econômicas, políticas e culturais e as orientações adotadas pelo Estado é evidente. Pode-se argumentar que, embora a sociedade civil seja determinada principalmente pelo papel das forças sociais “internas”, o Estado parece cada vez mais determinado pelo papel das forças sociais que operam numa escala transnacional. O contexto da reforma do Estado revela um aspecto particularmente esclarecedor deste impasse. Muitos países levaram a cabo reorganizações estatais, afrouxaram os controles econômicos, privatizaram empresas estatais de produção, abriram mercados e reformaram os sistemas de segurança social, saúde, educação etc. Em todos estes casos, é evidente a intervenção de “injeções internas”, através de corporações transnacionais, cujas orientações são geralmente combinadas. Não se esqueça que “injeções internas”, isto é, aquelas relacionadas com setores sociais subordinados, têm pouca ou nenhuma presença na forma como as reformas do Estado são implementadas. Como resultado, surgiu uma desconexão entre as tendências subjacentes da sociedade civil e a direção dominante do Estado. A tensão entre o globalismo e o nacionalismo traduz-se em orientações e práticas neoliberais, exacerbando a divergência entre as tendências reais ou subjacentes na sociedade civil e as orientações impostas ou adotadas dentro dos limites do aparelho estatal.

Como resultado, as possibilidades de as principais forças da sociedade civil influenciarem ou ajustarem as diretrizes governamentais são limitadas. À medida que os Estados são cada vez mais obrigados a respeitar as condições e proibições impostas pelas organizações e empresas transnacionais, precisam revigorar as suas próprias instituições ou organizações políticas ou mesmo criar novas, tendo em conta a escala dos processos e estruturas que trazem a maioria dos assuntos nacionais para um contexto global. A globalização coloca na defensiva as classes mais baixas, que passam a confiar em novas explicações e práticas que diagnosticam as relações, processos e estruturas de dominação e apropriação globais.

As condições sob as quais a hegemonia é construída e alcançada são, portanto, cruciais, seja entre classes e grupos sociais subalternos ou outros novos arranjos compostos por classes e governantes subalternos que desafiam a orientação de blocos de poder organizados e que operam segundo linhas políticas neoliberais. Forças sociais importantes na sociedade civil enfrentam obstáculos por vezes intransponíveis na sua tradução em governo, governabilidade, liderança ou hegemonia. A construção de hegemônias conflitantes pode ser uma exigência fundamental da dialética da sociedade civil e do Estado. Sem hegemonia, é difícil pensar na soberania nacional, e é difícil pensar na democracia, ou mesmo apenas na democracia política. Os fatos provaram que a hegemonia, nas suas diferentes manifestações e implementações, é cada vez mais controlada por organizações multilaterais e empresas transnacionais. Estas instituições possuem muitas vezes um poder econômico e político decisivo e são capazes de se sobrepor e exercer influência sobre diferentes Estados-nação. Através da sua influência nas instituições estatais, nas burocracias e nas tecnocracias, estabelecem objetivos e diretrizes que se sobrepõem e impõem à sociedade civil as políticas econômicas e financeiras, os transportes, a habitação, a saúde, a educação, o ambiente e



outros setores da sociedade nacional. Neste sentido, as exigências da globalização consubstanciadas nas ações das organizações multilaterais e das corporações transnacionais têm um impacto decisivo nas condições e possibilidades de construção e exercício da hegemonia.

As organizações multilaterais e as empresas transnacionais são estruturas de poder global novas, poderosas e ativas. Sobrepõem-se e impõem-se aos Estados-nação e consistem em amplos segmentos da sociedade civil, ou seja, no seu poder social. É evidente que a agressividade e o alcance destas estruturas de poder globais se expandiram significativamente, afetando países e regiões, atingindo muitas vezes dimensões verdadeiramente globais. Eles agem de acordo com o código geopolítico dos mapas, mapas mundiais, geoeconomia ou, mais precisamente, influência global. São estruturas de poder econômico e político com significado social e cultural que muitas vezes têm enorme influência e alcance. Expressam os objetivos e práticas dos principais grupos, classes ou blocos de poder em todo o mundo. É claro que respondem não apenas aos objetivos e práticas do Estado central, do mundo ou das potências imperialistas, mas também aos do nível transnacional e global. As estruturas de poder globais formaram-se e continuam a desenvolver-se em resposta aos objetivos e práticas de grupos, classes ou blocos de poder organizados numa escala global.

Como resultado, o *status* da política mudou fundamentalmente. Embora continuemos a pensar e a agir em termos de soberania e hegemonia, democracia e cidadania, nacionalismo e Estado-nação, as condições “clássicas” destas categorias mudaram fundamentalmente na prática e na teoria. Três elementos da regionalização e da globalização precisam de ser reconhecidos: primeiro, como os processos de interdependência econômica estão a mudar a natureza, o âmbito e as capacidades do Estado moderno, e como as suas capacidades regulatórias estão a mudar, estão a ser desafiados e enfraquecidos em algumas áreas; em segundo lugar, como as interdependências regionais e globais criam cadeias interligadas de tomada de decisão e ação política entre os Estados e os seus cidadãos, alterando assim a natureza e a dinâmica dos próprios sistemas políticos nacionais; em terceiro lugar, o processo redesenha e revitaliza identidades culturais e políticas de maneiras que levam muitos grupos, movimentos e nacionalismos, no contexto nacional e regionais a questionar a representação e a confiabilidade do Estado-nação (HELD, 1995).

Ulrich Beck (2004) enfatizou no início do seu livro que existem duas razões específicas para o fenecimento do Estado-nação como se tornou conhecido no século XX: o processo de individualização e a economia mundial. Na visão do autor, esses dois fenômenos combinados derrubam a visão da modernidade entendida como o período que se inicia com a revolução burguesa. No processo de individualização encontra-se a crise do Estado (AMARAL, 2014; GIDDENS, 1991; BAUMAN, 1998), e tal crise se radicaliza com o atual processo de globalização econômica. Por isso, Beck (2018) diagnostica que o capitalismo produz desemprego e não dependerá, no futuro, de trabalho. Em tal processo, a aliança histórica entre sociedade de mercado,



estado de bem-estar social e democracia que legitimou o modelo ocidental após a crise financeira mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial entra em crise (HABERMAS, 2001).

Baker enfatizou que esta mudança está a ser impulsionada por empresas que fazem negócios transnacionais, onde encontram formas de escapar às restrições impostas pelo Estado às suas atividades. A globalização quebra assim todas as restrições anteriormente impostas pelos Estados-nação. Fala-se em superar barreiras nacionais, pois estas empresas podem hoje exportar empregos com os menores custos trabalhistas e impostos, e ter a capacidade de distribuir seus produtos e serviços nas mais diversas localidades. Com este poder, as multinacionais criam conflitos entre países ou locais de produção, assinam acordos globais que garantem os impostos mais baixos e as melhores condições de infraestrutura, e conseguem punir o país que não é atrativo a investimento.

É importante notar também que essas empresas podem escolher de forma independente o investimento, a produção, a tributação e a localização da sede, desafiando a estrutura de cada uma delas em determinado Estado-nação. Assim, uma empresa pode produzir num país, pagar impostos noutro e exigir investimento público num terceiro na forma de melhorias na infraestrutura (BECK, 2004). Se as empresas multinacionais conseguem escapar ao poder dos Estados-nação, é porque o poder desses Estados está limitado aos seus próprios territórios. Aqui, demonstramos pela primeira vez que o movimento de globalização supera com sucesso as barreiras territoriais dos Estados sem ceder à sua soberania.

## 2. DESIGUALDADE MUNDIAL

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, os intelectuais e cientistas sociais aceitaram que o capitalismo estava em crise. Assim, a crise em 2008 foi vista como mais um episódio destas constatações, onde no caso desses eventos de 2008, suas bases começaram em meados da década de 1970, quando terminou o *boom* do pós-guerra. Cada crise provou ser mais grave do que a anterior, espalhando-se de forma mais ampla e rápida numa economia global que se torna cada década mais interligada. Após o surto de inflação na década de 1970, a dívida pública aumentou na década de 1980, enquanto o ajustamento fiscal na década de 1990 foi acompanhado por um aumento acentuado da dívida do setor privado. Durante quarenta anos, os desequilíbrios têm sido mais ou menos a norma no mundo industrial avançado, tanto a nível interno como no contexto mais global. As crises modelo do pós-guerra nos países da OCDE tornaram-se tão frequentes que deixaram de ser vistas simplesmente como problemas econômicos; levaram à redescoberta do antigo conceito de capitalismo que era entendido enquanto ordem social que prescindia do progresso da acumulação de capital sem barreiras. Há três forças de longo prazo que predominam sobre a trajetória dos países altamente industrializados e mais ricos – ou talvez, cada vez mais desindustrializados. A primeira é um declínio contínuo nas taxas de crescimento, exacerbado pelos acontecimentos de 2008. A segunda, relacionada com a primeira, é que a dívida total dos



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XVII, número 1, julho de 2024 – ISSN: 1984-2716 – [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

principais países capitalistas também continuou a aumentar, e os governos, as famílias, as empresas e os bancos destes países acumularam passivos financeiros ao longo das últimas quatro décadas. Finalmente, a terceira tendência é o recrudescimento da desigualdade (STREECK, 2014). Segundo Streeck (2014, p. 1), o crescimento da desigualdade pode também prejudicar o crescimento econômico. Assim,

O crescimento constante, a moeda estável e um mínimo de igualdade social, disseminando alguns benefícios do sistema para os que não têm capital, por muito tempo foram considerados pré-requisitos para uma economia política capitalista conseguir a legitimidade de que precisa. Nesse sentido, o mais alarmante é que as tendências críticas mencionadas podem estar se reforçando mutuamente. Crescem os indícios de que o aumento da desigualdade pode ser um dos fatores do declínio do crescimento, pois a desigualdade trava as melhorias na produtividade e também enfraquece a demanda. O baixo crescimento, por sua vez, reforça a desigualdade ao intensificar a disputa pelos recursos – o chamado conflito distributivo –, tornando mais custosas aos ricos as concessões aos pobres, e fazendo com que os primeiros insistam mais do que nunca na estrita observância do “Efeito Mateus” que rege os mercados livres: “Ao que tem muito, mais lhe será dado e ele terá em abundância; mas ao que não tem, até mesmo o pouco que lhe resta lhe será tirado.

O Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2022 revela o impacto brutal da economia global e pinta um quadro de desigualdade: os 10% mais ricos possuem 76% da riqueza e 52% do rendimento, enquanto metade da população mundial possui apenas 2% do rendimento e 8,5% da renda (PIKETTY, 2022). Esta crescente polarização já se reflete na edição de 2018 do relatório pesquisadores do *World Inequality Lab*. Este trabalho de análise e sistematização de indicadores, coordenado por Thomas Piketty, revela a estrutura de regimes desiguais. O estudo analisou cerca de cem países. Para Piketty (2020), tais regimes são caracterizados por um conjunto de dispositivos discursivos e institucionais que visam justificar e construir as desigualdades econômicas e políticas de uma determinada sociedade.

No capitalismo histórico, a trajetória da desigualdade dentro e entre os países é marcada por contestações contínuas sobre riqueza e poder. Milanović (2016) argumenta que a desigualdade global só parou de aumentar entre 1988 e 2011. A breve redução da desigualdade global pode ser explicada pelo abrandamento no Ocidente e pelo progresso na Ásia, especialmente na China, onde o crescimento do rendimento é mais veloz e o montante de pessoas é enorme. Nas democracias do Ocidente, as classes médias e os trabalhadores sofreram as maiores perdas de rendimento desde 2008. Dez anos após a turbulência global de 2008, os bilionários representavam 0,1% da população mundial e eram ainda mais ricos e poderosos: em 2009, possuíam 3,4 trilhões de



dólares, saltando para 8,9 trilhões de dólares (METCALF; KENNEDY, 2019). Por exemplo, a insatisfação política entre os eleitores tem sido associada ao sucesso eleitoral das plataformas políticas de extrema-direita nos Estados Unidos, em partes da Europa e na América Latina nos últimos anos (GEISELBERGER, 2019).

É interessante notar que grande parte da desigualdade global está associada à financeirização da economia. Tal financeirização, associada às crises que ocorrem de forma cíclica, tem influenciado de forma global o emprego e a renda.

A financeirização demonstra cada vez mais relevância para a compreensão do mundo capitalista vigente. As economias capitalistas vêm se apresentando cada vez mais financeirizadas, o número de transações e riqueza em ativos financeiros cresceu exponencialmente desde o final da década de 1970, provocando desdobramentos e distorções em escala global. O sistema capitalista vem se demonstrando progressivamente mais instável e recorrentemente em crises financeiras. Portanto, investigar as causas e consequências desse cenário adverso e caótico se manifesta crucial. Para isto, faz-se necessário fundamentar alguns conceitos teóricos e históricos sobre a financeirização, obtendo assim, uma maior compreensão do tema a ser contemplado. (BUENO, 2019, p. 166)

Desde 2008, a investigação sobre a desigualdade nacional e global ganhou um novo impulso. Uma parte importante da literatura se concentra em compreender a natureza econômico-política da desigualdade em países e como elas prejudicam a democracia e dificultam o pleno exercício da cidadania, e a propor estratégias para mudar esta dura realidade. As questões discutidas nesta literatura incluem: a relação entre democracia e desigualdade, desigualdade e a ascensão de plataformas de extrema direita, desigualdade e desenvolvimento globais, pobreza da classe média e perda de *status* social, polarização social, os danos do aumento da renda do capital, trabalho, desigualdade de gênero, desigualdade, bem como racismo e desigualdade ambiental (ATKINSON, 2016).

Dentre os trabalhos que abordam o tema a partir de diferentes abordagens, destacam-se os trabalhos de Atkinson (2016), Stiglitz (2020), Piketty (2020) e Scheidel (2020), apenas para citar alguns. Com a atualização dos métodos de pesquisa sobre desigualdade de renda e riqueza, oportunidade, gênero, etnia, classe, direitos civis etc., autores como Milanovic (2016), Wallerstein (2016), Bourdieu (2001) ampliou o escopo da análise para compreender e abordar as desigualdades globais e as questões de desenvolvimento entre os países (MENEZES; KRAYCHETE, 2022).

Ao contrário do que aconteceu entre 1945 e 1980, em países com regimes capitalistas democráticos, a desigualdade diminuiu significativamente (STREECK, 2019), ou seja, os



trabalhadores alcançaram melhores padrões de vida (ATKINSON, 2016). E, desde então, estas conquistas tornaram-se alvos da ofensiva neoliberal. As vitórias eleitorais neoconservadoras no Reino Unido no ano de 1979, nos Estados Unidos em 1980 e na Alemanha Ocidental em 1982 acabaram por espalhar a agenda neoliberal para a América Latina, África e partes da Ásia. Desde então, o ressurgimento da desigualdade no mundo produziu diferentes tipos de atrocidades que são agora afetadas por políticas de austeridade. Em 2017, 82% da riqueza total criada globalmente foi para o 1% mais rico (ROSSI, 2017).

O regresso do Estado, ou melhor, a restauração da sua legitimidade como ator econômico, foi conseguido através de políticas destinadas a proteger e restaurar os ativos dos grandes bancos e companhias de seguros. Essa situação parece ter sido abalada pela crise sanitária global causada pelo SARS-CoV-2, que quase colapsou a economia global. Segundo Tooze (2021), estamos vivenciando uma crise do neoliberalismo que delimita o fim de um arco cujas origens devem ser encontradas na década de 1970, quando o objetivo era tornar as questões de distribuição despolitizadas, mesmo as consequências da concentração de riqueza, assim como por causa de transformações estruturais na divisão do trabalho na esfera global, danos ambientais ou doenças. Em 2008, os debates sobre o capitalismo sob o corolário neoliberal e os princípios e práticas básicas da globalização neoliberal continuaram a intensificar-se (DUMÉNIL; LEVY, 2014).

### 3. TRANSNACIONALIDADE E DESIGUALDADE MUNDIAL

A liquidez proporcionada aos investidores significa uma nova desconexão radical entre direitos e obrigações que nunca foi vista antes: obrigações para com os empregados, com a juventude, com condições gerais de vida; mas, liberdade da obrigação de contribuir para a vida diária e a perpetuação da comunidade. Surgiu uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a territorialidade contínua da vida como um todo, uma assimetria agora desenraizada, capaz de se mover repentinamente ou sem aviso, livre para explorar e resistir às consequências. A liberdade da responsabilidade das consequências é o ganho mais cobiçado e desejado que a nova mobilidade oferece ao capital sem lugar e de livre circulação. Os custos de arcar com as consequências não precisam mais ser levados em consideração nos cálculos da eficácia do investimento (BAUMAN, 1999).

As novas liberdades do capital lembram as liberdades outrora possuídas pelos proprietários ausentes nos processos de colonização, que eram notórios por ignorarem as necessidades das pessoas que os alimentavam. A extração do “produto excedente” era o único interesse do proprietário ausente na vida da terra que possui. Há certamente algumas semelhanças aqui, mas a comparação não faz inteiramente justiça à liberdade de preocupações e responsabilidades que o capital móvel adquiriu no final do século XX, uma liberdade que os proprietários ausentes nunca poderiam ter (BAUMAN, 1999).



Mas em processos de colonização há uma limitação: não podem trocar uma propriedade fundiária por outra e, portanto, permanecem vinculados ao local onde ganham a vida; esta situação prepara limites para possibilidades de exploração irrestritas por limitações práticas para que os futuros fluxos de rendimento não sejam reduzidos completamente (BAUMAN, 1999). É verdade que os limites reais são muitas vezes mais rigorosos do que os limites percebidos, e estes limites são muitas vezes mais rigorosos do que os observados na prática – uma situação que deixa as propriedades ausentes suscetíveis a danos irreparáveis à fertilidade do solo e à produtividade agrícola em geral, também torna precária a riqueza dos proprietários ausentes e tem tendência a diminuir de geração em geração (BAUMAN, 1999). Limitações existem, no entanto, e isso nos lembra de sua existência de uma forma mais brutal. Como diz Melucci (1966), a limitação representa um limite, uma fronteira, uma separação; portanto significa também o reconhecimento de algo outro. O encontro com o outro é uma experiência que nos testa, e pode criar a tentação de usar a força para reduzir as diferenças, e também pode criar o desafio da comunicação como uma renovação constante do compromisso.

Em contraste com os proprietários de terras ausentes do início do período moderno, os capitalistas e agentes imobiliários da modernidade tardia, devido à mobilidade dos seus recursos agora líquidos, não enfrentaram restrições suficientemente reais para impor respeito. As únicas restrições que podem ser sentidas e respeitadas são as restrições administrativas à livre circulação de capitais e de moeda. No entanto, tais restrições são poucas e raras – e as poucas que permanecem estão sob intensa pressão para serem eliminadas (BAUMAN, 1999). Sem isso, quase não há oportunidades para o que Melucci (1966) chama de *encontro com o outro*. Se este encontro for forçado pela outra parte, quando o outro tenta flexionar os seus músculos e mostrar a sua força, o capital pode facilmente desmontar a sua própria tenda e encontrar um ambiente mais adequado a seus interesses. Como resultado, haverá menos oportunidades para instigar a vontade de “reduzir as diferenças pela força” ou de aceitar “desafios de comunicação”.

Nas décadas após à 2ª Guerra Mundial, era consensual que o capitalismo, buscando se compatibilizar com imperativos democráticos, tinha de estar sujeito a um controle político extensivo (STREECK,<sup>2013</sup>). Existem várias maneiras de conceituar as causas subjacentes do atrito entre o capitalismo e a democracia. O capitalismo democrático é uma economia guiada por dois princípios ou instituições em conflito referente a alocação de recursos: o primeiro conforme a produtividade marginal, ou livre jogo das forças de mercado, enquanto o segundo opera na necessidades de direitos sociais, determinados pela escolha coletiva num contexto democrático. Sob o capitalismo democrático, os Estados são tencionados a aderir a ambos os princípios, embora quase nunca estejam alinhados de forma substantiva. Na prática, podem ignorar um princípio em favor de outro durante um período de tempo até serem punidos pelas consequências: os governos que não cumprem os requisitos democráticos de proteção e redistribuição correm o risco de perder o apoio da maioria, enquanto os governos que ignoram as exigências de compensação de direitos



leva a uma disfunção econômica que se torna cada vez mais insustentável e mina o seu apoio político.

Ao contrário do período entre 1945 e 1980, nos países onde vigoravam regimes capitalistas democráticos, a desigualdade foi significativamente reduzida (STREECK, 2012; STREECK, 2019), ou seja, os trabalhadores alcançaram melhores padrões de vida, salários, uma vasta gama de direitos. Já a década de 1980 foi marcada por uma mudança na desigualdade (ATKINSON, 2016). Esta virada foi impulsionada pela revolução neoliberal da década de 1970 (STREECK, 2019) e, desde então, passamos por um processo que tentou neutralizar a democracia e despolitizar todos os níveis da vida social. Segundo Brown (2019), o objetivo é abolir a política, limitar e conter a política, ou seja, a esfera pública na qual a existência comum é pensada, moldada e governada. Desde então, o ressurgimento da desigualdade no mundo produziu diferentes tipos de atrocidades que são agora afetadas por políticas de austeridade. Nos Estados Unidos, esta mudança moldou o que Milanovic (2016) chama de capitalismo meritocrático liberal, no qual a parcela da renda do capital na renda total aumentou desde o final do século XX. Por outras palavras, o capital e os capitalistas tornam-se mais importantes do que o trabalho e os trabalhadores, ganhando assim mais poder econômico e político. De acordo com o Relatório Mundial sobre Desigualdade (ALVAREDO, 2020), os rendimentos dos trabalhadores dos EUA aumentaram apenas 200 dólares entre 1980 e 2016. Soma-se a isso o fato de que, segundo Milanovic (2016), os impostos sobre herança e a educação pública mais ampla foram reduzidos. Os autores afirmam que embora estas tendências sejam fortes nos Estados Unidos, também são observadas em outros países do Hemisfério Norte. Para compreender a luta contra as desigualdades sociais transnacionais e como funcionam os movimentos sociais, é necessário compreender a dinâmica das novas desigualdades sociais como uma dinâmica de ruptura com as possibilidades de elevação social ou, poderíamos dizer, de modos de vida.

No entanto, deve ser enfatizado que onde são criados novos centros de investimento e fluxos de capital transnacionais, existem novas possibilidades para os trabalhadores locais expressarem influência local. Nestes espaços, as organizações sociais conseguem melhorias nas condições de trabalho e, assim, têm implementado novas formas de comunicar os ideais democráticos, resistindo à erosão dos limites à participação estatal no contexto neoliberal (SILVER; KARATASLI, 2020). Dada a descentralização da gestão econômica do processo produtivo, a separação destes polos de poder, e quanto mais globalizada for a rede de produção, maior será o potencial de novas formas de organização dos trabalhadores pressionarem as desigualdades estabelecidas a nível local. Considerando que tais movimentos, uma vez expressos transnacionalmente, estão inseridos no nível estrutural do capitalismo neoliberal, se a verdadeira arena de poder hoje está no nível supranacional, seja na forma de corporações transnacionais privadas ou do Fundo Monetário Internacional, como forma de instituições de governação global e a Organização Mundial do Comércio, então a política laboral também deve ascender ao nível transnacional (SILVER, 2005).



Embora a resistência deslocalizada tenha potencial para ser expressa à escala global, é importante sublinhar que isto não incorpora o aprofundamento das divisões globais entre o capitalismo e a classe trabalhadora nas suas dimensões transnacionais. A burguesia transnacional consolida-se como uma classe que se organiza para si, centralizando e centralizando o capital nos seus movimentos e ampliando as desigualdades entre os países. A classe trabalhadora transnacional, por outro lado, apesar de ter uma classe própria, carece de uma expressão interna capaz de organizar as reivindicações para a emergência de um internacionalismo de classe baixa no século XXI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só durante a Guerra Fria é que o capitalismo e a democracia pareciam ser razoavelmente harmônicos, à medida que o progresso econômico levou a maioria da classe trabalhadora a aceitar um regime de mercados livres e de propriedade privada. Na atualidade, entretanto, os questionamentos sobre a compatibilidade entre as economias capitalistas e os sistemas políticos democráticos estão de volta a ter grande atenção dos cientistas sociais, intelectuais e políticos. Da parte da população, não só se espalha o sentimento de que a política não tem impacto nas suas vidas, mas também se espalha a percepção de uma classe política cada vez mais insular, que acredita unanimemente que a política é incompetente para gerir os mercados. Como resultado, a participação eleitoral diminuiu, juntamente com a elevada volatilidade do eleitorado, resultando em cada vez mais fragmentação e na instabilidade governamental generalizada devido ao surgimento de partidos “populistas”.

A legitimidade da democracia baseava-se na premissa de que o Estado tinha a capacidade de interferir nos mercados tencionando uma distribuição de riqueza. Atualmente, em um contexto global transnacional, se lançam radicais dúvidas sobre esta ideia. Em resposta à crescente irrelevância na economia de mercado global, os governos e os partidos nas democracias da OCDE viram a luta de classes democrática transformada em circos mediáticos e entretenimento pós-democrático. Ao mesmo tempo, a transição da economia política capitalista e do keynesianismo do pós-guerra para o hayekismo neoliberal está a progredir no transnacionalismo: espera-se que o modelo político de crescimento econômico através da redistribuição de cima para baixo seja revelado, modelo político que promova o crescimento e redistribuição. A democracia igualitária já foi considerada economicamente produtiva, mas desde então tem sido vista como um obstáculo à eficiência. Para o Hayekismo contemporâneo, os mercados livres de distorções das políticas redistributivas conduzem a mais crescimento.

Mesmo em países que ainda são considerados democracias, a redistribuição oligárquica e as tendências de plutocracia podem desencadear pesadelos entre as elites que acreditam que podem sobreviver no sistema social que as tornou ricas. Os capitalistas transnacionais já não precisam se preocupar com o crescimento econômico nacional porque a sua riqueza transnacional



crece independentemente do crescimento nacional. A possibilidade oferecida pelos mercados de capitais globalizados para salvarem a si mesmos e às suas famílias traz a maior tentação aos ricos, que é entrar no modo *final de jogo*, vender tudo, pegar o dinheiro, queimar as pontes e abandonar terra arrasada, como fala Anthony Giddens.

## REFERÊNCIAS

ALVAREDO, F. *et al.* **Relatório da desigualdade mundial 2018**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

AMARAL, Shirlena Campos de Souza et al. **Modernidade e individualismo sob a ótica de Bauman e Giddens**. InterSciencePlace, Edição 29, volume 1, artigo no 9, Abril/Junho 2014.

ATKINSON, A. B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** Rio de Janeiro: Leya, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **¿Qué es la globalización?** Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós, 2004.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

BOFF, Leonardo. **Ecologia. Grito Da Terra, Grito Dos Pobres: Dignidade E Direitos Da Mãe Terra**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XVII, número 1, julho de 2024 – ISSN: 1984-2716 – [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUENO, André Correia. **Os impactos da financeirização na desigualdade econômica mundial**. Pesquisa & Debate, v. 31, n. 2 (56), 2019.

DUMÉNIL, G.; LEVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GEISELBERGER, H. **A grande regressão**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 9ª ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

GONÇALVES, Alcindo e COSTA, José Augusto Fontoura. **Governança Global e Regimes Internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **A Constelação Pós-nacional**. São Paulo: Litera Mundi, 2001.

HELD, David. **Democracy and the global order (from the modern state to cosmopolitan governance)**. Cambridge, Polity Press, 1995.

HELD, David et al. **Global transformations: Politics, economics and culture**. In: Politics at the Edge: The PSA Yearbook 1999. London: Palgrave Macmillan UK, 1999. p. 14-28.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XVII, número 1, julho de 2024 – ISSN: 1984-2716 – [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

KORDOS, Marcel; VOJTOVIC, Sergej. **Transnational corporations in the global world economic environment**. Procedia-Social and Behavioral Sciences, v. 230, p. 150-158, 2016.

MCGREW, Anthony. **Globalization and global politics**. 2020. In: BAYLIS, John. The globalization of world politics: An introduction to international relations. Oxford university press, USA, 2020.

MELUCCI, Alberto. **The Playing Self: Person and Meaning in the Planetary Society**. Cambridge University Press, 1966.

MENEZES, Roberto Goulart; KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Desigualdade Global E Desenvolvimento**. Caderno CRH, v. 35, p. e022001, 2022.

METCALF, T.; KENNEDY, S. **Dez anos após a crise, bilionários de Davos estão mais ricos do que nunca**. Valor Econômico, São Paulo, 21 jan. 2019.

MILANOVIC, Branko. **Global inequality: A new approach for the age of globalization**. Harvard University Press, 2016.

MÜLLER, Friedrich. **Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático?** Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

MORAES, Patricia Almeida de. **O Envolvimento de Corporações Transnacionais em Violações de Direitos Humanos**. Editora Dialética, 2021.

NAKANO, Yoshiaki. **Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 14, p. 511-536, 2023. p. 512

PIKETTY, T. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



PIKETTY, T. et al. **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2022.

RITZER, George; DEAN, Paul. **Globalization: A basic text**. John Wiley & Sons, 2015.

ROSSI, M. **2017: o ano do maior aumento de bilionários da história**. El País, São Paulo, 22 jan. 2018.

SCHEIDEL, W. **O grande nivelamento: violência e a história da desigualdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SILVER, B.; KARATASLI, S. **Dinâmica histórica do capitalismo e movimentos trabalhistas**. In: MENEZES, R. G. et al. Repensando o trabalho, as desigualdades e as hierarquias: o sistema mundo no século XXI. Brasília: Ed. UnB, 2020.

SILVER, B. **Forças do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

STIGLITZ, J. Povo, poder e lucro. Rio de Janeiro: Record, 2020.

STREECK, Wolfgang. **As crises do capitalismo democrático**. Novos estudos CEBRAP, p. 35-56, 2012.

STREECK, Wolfgang. **O cidadão como consumidor**. Revista piauí, v. 79, p. 60-65, 2013.

STREECK, Wolfgang. **Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em dismantelo crônico**. Piauí 97, n. outubro, 2014.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XVII, número 1, julho de 2024 – ISSN: 1984-2716 – [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Boitempo Editorial, 2019.

THERBORN, Göran. **The world: A beginner's guide**. Polity, 2011.

TOOZE, A. **Portas fechadas: como a covid abalou a economia mundial**. São Paulo: Todavia, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El mundo está desencajado: interpretaciones histórico mundiales de las continuas polarizaciones (1500-2000)**. Ciudad del México: Siglo XXI, 2016.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XVII, número 1, julho de 2024 – ISSN: 1984-2716 – [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>